



ROLIM DE MOURA-RO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA- RONDÔNIA

Agente de Endemias

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO
Nº001/2024/PRM/RO, DE 07 DE
OUTUBRO DE 2024

CÓD: OP-0600T-24
7908403564439

Língua Portuguesa

1. Leitura e Interpretação de texto literário e não literário, (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação; elementos de coesão; inferências; estrutura e organização do texto e dos parágrafos)	9
2. Tipologia e gêneros textuais	16
3. Figuras de linguagem	20
4. Coerência e coesão textual	24
5. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância etc.)	25
6. O sentido das palavras – adequação vocabular, denotação, conotação, polissemia e ambiguidade; Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia.....	27
7. Valor semântico e emprego dos conectivos.....	30
1. Sintaxe da oração (período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado) e do período (período composto por coordenação e por subordinação).....	31
2. Acentuação gráfica	34
3. Ortografia.....	34
4. Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto.....	37
5. Concordâncias verbal e nominal.....	38
6. Regências verbal e nominal	40
7. Emprego de tempos e modos verbais	41
1. Locuções verbais (perífrases verbais)	42
2. Paralelismo sintático e paralelismo semântico	43
3. Emprego das classes gramaticais	45
4. Estrutura e formação de palavras	51

Raciocínio Lógico Matemático

1. Teoria dos conjuntos e diagramas de Venn-Euler	59
2. Análise combinatória	62
3. Probabilidade.....	65
4. Sequências lógicas e leis de formação	66
5. Estruturas lógicas de relações arbitrárias entre lugares, objetos, pessoas ou eventos fictícios	68
6. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos, matriciais e algébricos	70
7. Proposições simples e compostas, operadores lógicos, tabela-verdade, classificação das proposições compostas (tautologia, contradição e contingência), equivalências e negações	72
8. quantificadores lógicos, diagramas lógicos e argumentos.....	75
9. Razão.....	78
10. Proporção e grandezas proporcionais	79
11. Porcentagem.....	79
12. Regra de três simples e composta	80
13. Fração	81
14. Geometria Básica	84
15. Equação Simples	94
16. Mediana e Mediatriz.....	95

Noções de Informática

1. Conceitos. Componentes dos sistemas de computação: hardware e software.....	97
2. Software Básico, software utilitário, software aplicativo e software livre: conceitos	97
3. Rede de computadores (cabeadas e wireless) e equipamentos de conectividade: conceitos e aplicações.....	99
4. Conceitos, funções e aplicações de internet e intranet. Tipos e características dos navegadores e dispositivos móveis. Conceitos sobre tecnologias e ferramentas de colaboração.....	100
5. Computação na nuvem.....	105
6. Correio eletrônico e webmail	107
7. Grupos de discussão	110
8. Fóruns, wikis	111
9. Redes sociais.....	112
10. Sistema Operacional Windows versões mais atuais (10/11)	114
11. Sistema Operacional Linux.....	117
12. Pacote Office LibreOffice em português, versões mais atuais (6.4 até 24.5.3) e Pacote Office 365 (português): conceitos, comandos, recursos e usabilidade	122
13. Editor de textos MS Word 2013/2016/2019/2021 (português): conceitos, comandos, recursos e usabilidade	138
14. Planilha eletrônica MS Excel 2013/2016/2019/2021 (português): conceitos, comandos, recursos e usabilidade (interface, bancos de dados, criação de planilhas, referências a células, cópia lógica, uso de fórmulas e funções, modelos, geração de gráficos, formatação de células e impressão)	159
15. Redes de computadores e internet: conceitos, tecnologias, ferramentas, equipamentos, aplicativos e serviços	172
16. Segurança da informação: conceitos, princípios, problemas, ameaças, ataques	172
17. Backup e antivírus.....	176
18. Navegadores: Google Chrome (versão atual e Firefox (versão atual).....	177

Noções De Administração Pública

1. Ética e Conduta na Administração Pública: Servidor Público. Regime jurídico. Direitos e Deveres. Infrações e Sanções aplicáveis.....	183
2. Princípios administrativos. Moralidade	194
3. Ética funcional.....	199
4. Regras Deontológicas.....	200
5. Acesso à informação e transparência no serviço público	202
6. Improbidade administrativa.....	209
7. Crimes praticados pelo funcionário público contra a Administração	225
8. Lei orgânica municipal	228
9. Estatuto do servidor público municipal	249
10. Administração Pública: Princípios da Administração Pública: princípios expressos e reconhecidos	271
11. Controle da Administração Pública.....	271
12. Ato Administrativo: conceito, elementos, objeto, forma, motivo, finalidade, características, classificação, espécies, extinção, anulação e revogação	275
13. Contratos Administrativos: conceito, características, espécies, duração, prorrogação, renovação, cláusulas e convênios administrativos	286
14. Políticas Públicas: conceitos, características e classificação	301

15. Licitação: conceito, objetivo, princípios, dispensa de licitação, inexigibilidade, modalidades de licitação e pregão	303
16. Serviço Público: conceito, classificação, titularidade e princípios	315
17. Administração direta e indireta: conceito,natureza da função, abrangência e composição.....	327
18. Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura: Capítulo II - Do Poder Legislativo. Seção I -Da Câmara Municipal. Seção II - Do Funcionamento Da Câmara. Seção III - Das Atribuições Da Câmara Municipal. Seção IV - Dos Vereadores. Seção V - Do Processo Legislativo. Seção VI - Da Fiscalização Contábil Financeira e Orçamentária	331
19. Código Sanitário Lei Municipal nº 1072/2003	331

História E Geografia De Rondônia

1. O processo de ocupação das terras rondonienses, aos povos indígenas, os espanhóis em meados do século XVI.....	359
2. Os portugueses e o movimento dos bandeirantes	361
3. O tratado de Madri	362
4. O processo de imigração e a produção da borracha, os conflitos na região do atual estado de Rondônia.....	362
5. O declínio da mineração, a Proclamação da República e a diminuição da importância econômica da região no final do século XIX.....	364
6. Século XIX: a exploração da borracha	365
7. Da criação do Território Federal do Guaporé até os dias de hoje	366
8. A evolução política de Rondônia: O estado de Rondônia: desafios para um futuro sustentável.....	366
9. Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e de Rondônia	367
10. Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e de Rondônia	369
11. Formação econômica de Rondônia.....	370
12. Processo de criação do estado de Rondônia: e limites	370
13. Municípios e populações de Rondônia: população e localização	372
14. Economia do Estado de Rondônia: evolução político - administrativa e econômica; setores produtivos da agropecuária; área e população urbana e rural.....	372
15. Nova configuração do mapa	374
16. Microrregiões.....	376
17. Atuais municípios.....	377
18. Relevo, vegetação, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico de Rondônia	378
19. A paisagem local e sua relação com outras paisagens (semelhanças e diferenças, permanências e transformações)	381
20. Linguagem cartográfica: leitura de mapas	381
21. Rondônia e sua pluralidade cultural	382
22. Manifestações artísticas e sociais	382
23. Modos de vida no campo e na cidade	383
24. Papel da tecnologia na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade	383
25. Apropriação e transformação da natureza	384
26. Preservação e cuidados com o meio: como o homem usa a natureza e constrói o seu espaço; o processo industrial e suas relações no município,no estado e no país.....	384

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, (COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO; PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR; ARGUMENTAÇÃO; ELEMENTOS DE COESÃO; INFERÊNCIAS; ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS)

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

1. Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral

deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

2. Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela

seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos,

ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

3. Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica

implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

4. Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

Os principais mecanismos de coesão referencial incluem:

- **Pronomes pessoais:** Usados para substituir substantivos mencionados anteriormente.

- **Exemplo:** João comprou um livro novo. Ele estava ansioso para lê-lo.

- **Pronomes demonstrativos:** Indicam a retomada de uma informação previamente dada ou a introdução de algo novo.

- **Exemplo:** Este é o problema que devemos resolver.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

TEORIA DOS CONJUNTOS E DIAGRAMAS DE VENN-EULER

A Teoria dos Conjuntos é uma das áreas mais fundamentais da matemática e serve como base para diversas outras disciplinas, como a álgebra, a geometria e a lógica. Ela lida com a relação entre coleções de elementos, permitindo a criação de estruturas lógicas para organizar e agrupar informações. Os diagramas de Venn-Euler são representações gráficas que ajudam a visualizar essas relações, facilitando a compreensão de conceitos como união, interseção e diferença de conjuntos.

Nos concursos públicos, a teoria dos conjuntos aparece com frequência em questões de raciocínio lógico e matemática. Bancas como Vunesp, FCC e FGV utilizam essa teoria em perguntas que requerem habilidades de interpretação e visualização, exigindo do candidato tanto conhecimento técnico quanto prática para identificar padrões. Um domínio claro da teoria, aliado à habilidade de usar diagramas para resolver problemas, pode fazer toda a diferença no desempenho em provas.

2. Fundamentos da Teoria dos Conjuntos

A teoria dos conjuntos é, em essência, o estudo das coleções de objetos, chamados de elementos. Esses objetos podem ser números, letras, formas geométricas ou qualquer outra entidade. Um conjunto é geralmente representado por uma letra maiúscula e seus elementos são listados entre chaves. Por exemplo:

- Conjunto $A = \{1, 2, 3\}$ representa um conjunto com os elementos 1, 2 e 3.

Notações usuais:

- **Pertence (\in):** $2 \in A$ significa que o elemento 2 pertence ao conjunto A .
- **Não pertence (\notin):** $4 \notin A$ significa que o elemento 4 não pertence ao conjunto A .

Tipos de conjuntos:

- **Conjunto vazio (\emptyset):** Não contém nenhum elemento. Exemplo: $B = \emptyset$.
- **Conjunto unitário:** Contém apenas um elemento. Exemplo: $C = \{7\}$.
- **Conjunto finito:** Possui um número limitado de elementos. Exemplo: $D = \{a, b, c\}$.
- **Conjunto infinito:** Não tem limite no número de elementos. Exemplo: $E = \{1, 2, 3, 4, 5, \dots\}$ (conjunto dos números naturais).

Operações com conjuntos:

1. **União ($A \cup B$):** Conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A , B ou ambos. Exemplo: $A = \{1, 2\}$ e $B = \{2, 3\}$, então $A \cup B = \{1, 2, 3\}$.
2. **Interseção ($A \cap B$):** Conjunto formado pelos elementos que pertencem tanto a A quanto a B . Exemplo: $A \cap B = \{2\}$.
3. **Diferença ($A - B$):** Conjunto dos elementos que estão em A mas não estão em B . Exemplo: $A - B = \{1\}$.
4. **Complementar (\bar{A}):** O conjunto de todos os elementos do universo que não pertencem ao conjunto A .

Propriedades e leis básicas:

- **Lei Comutativa:** $A \cup B = B \cup A$ e $A \cap B = B \cap A$.
- **Lei Associativa:** $(A \cup B) \cup C = A \cup (B \cup C)$.
- **Lei Distributiva:** $A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap (A \cup C)$.
- **Lei de De Morgan:** $\overline{A \cup B} = \overline{A} \cap \overline{B}$ e $\overline{A \cap B} = \overline{A} \cup \overline{B}$.

Esses conceitos são aplicados não apenas de forma abstrata, mas também em problemas práticos, facilitando a análise de situações cotidianas e matemáticas.

3. Representação Gráfica: Diagramas de Venn-Euler

Os diagramas de Venn e diagramas de Euler são formas visuais de representar conjuntos e suas relações. Embora os dois sejam frequentemente usados de maneira intercambiável, eles possuem diferenças sutis.

Diferenças entre Diagramas de Venn e Euler:

- Diagramas de Venn: Representam todos os possíveis relacionamentos entre conjuntos, independentemente de haver ou não interseção real entre eles. Por exemplo, em um diagrama de dois conjuntos A e B , sempre haverá uma área para $A \cap B$, mesmo que a interseção seja vazia.

- Diagramas de Euler: Representam somente as interseções reais. Se A e B , não tiverem elementos em comum, não haverá sobreposição entre eles no diagrama.

Ambos os diagramas são úteis, mas os diagramas de Venn são mais amplamente utilizados, especialmente em provas de concurso, pela sua versatilidade na resolução de problemas.

Exemplos de Representação:

- Com dois conjuntos: Imagine dois círculos que se sobrepõem parcialmente, representando a união e interseção de dois conjuntos.

- Com três conjuntos: Três círculos que se sobrepõem, criando diversas regiões que representam todas as possíveis combinações de união e interseção entre os três conjuntos.

Esses diagramas são poderosas ferramentas visuais, ajudando a organizar informações e resolver problemas complexos de maneira simplificada. Por exemplo, ao analisar uma questão que envolva a quantidade de pessoas que falam diferentes idiomas em um grupo, os diagramas podem ser usados para identificar aqueles que falam uma ou mais línguas.

4. Aplicações da Teoria dos Conjuntos em Problemas de Concursos

A teoria dos conjuntos é frequentemente abordada em questões de concursos, especialmente no formato de problemas de interpretação e lógica. As bancas Vunesp, FCC e FGV utilizam essas questões para testar a habilidade do candidato de lidar com múltiplos grupos e suas relações. Vejamos alguns exemplos práticos.

Exemplo de Questão:

“Em uma sala com 30 alunos, 18 gostam de Matemática, 15 gostam de Português e 5 não gostam de nenhuma das duas disciplinas. Quantos alunos gostam das duas disciplinas?”

1. Definimos os conjuntos:

- M = Alunos que gostam de Matemática
- P = Alunos que gostam de Português

Sabemos que o total de alunos é 30, então temos que 5 alunos não gostam de nenhuma das duas disciplinas. Logo, o universo de interesse é 25 alunos. Aplicando a fórmula da união de dois conjuntos:

$$|M \cup P| = |M| + |P| - |M \cap P|$$

Temos:

$$25 = 18 + 15 - |M \cap P|$$

$$|M \cap P| = 8$$

Logo, 8 alunos gostam das duas disciplinas.

Esses tipos de problemas exigem que o candidato compreenda bem as operações de conjuntos e saiba aplicá-las de forma lógica. Diagramas de Venn são particularmente úteis para visualizar essas situações.

5. Erros Comuns e Dicas de Estudo

A Teoria dos Conjuntos pode parecer simples à primeira vista, mas muitos estudantes cometem erros frequentes ao resolver questões relacionadas a essa área, especialmente em concursos públicos. Esses erros geralmente ocorrem devido à confusão com as operações de conjuntos, falhas na interpretação dos enunciados e dificuldades em usar diagramas de Venn de forma correta. Para ajudar a evitar esses problemas, vamos analisar os erros mais comuns e fornecer dicas para um estudo mais eficaz.

Erros Comuns:

1. Confundir União e Interseção Um dos erros mais recorrentes é a confusão entre união (\cup) e interseção (\cap). A união de dois conjuntos engloba todos os elementos presentes em ambos, enquanto a interseção refere-se apenas aos elementos que aparecem simultaneamente nos dois conjuntos. Estudantes, às vezes, invertem essas operações, o que leva a respostas incorretas.

- **Dica:** Sempre visualize as operações antes de realizá-las. Ao usar diagramas de Venn, a união é a área total coberta pelos círculos, enquanto a interseção é apenas a parte sobreposta.

2. Esquecer Complementar de um Conjunto: O complementar (\overline{A}) é o conjunto dos elementos que não pertencem a (A). Muitos alunos esquecem de incluir essa operação nas resoluções, especialmente quando lidam com enunciados que falam sobre “nem isso, nem aquilo”.

- **Dica:** Fique atento ao uso de palavras como “não” ou “nem” nas questões. Isso geralmente indica a necessidade de usar o complementar.



3. Erro na Interpretação de Quantidades em Diagramas: Quando os diagramas envolvem mais de dois conjuntos, é comum que os estudantes se percam ao identificar corretamente as interseções. Em questões que envolvem três conjuntos, por exemplo, a correta interpretação das áreas de sobreposição pode ser um desafio.

- **Dica:** Em problemas mais complexos, desenhe o diagrama e separe as interseções de maneira organizada, resolvendo uma por vez. Isso ajuda a evitar que áreas sejam contadas duas vezes.

4. Ignorar o Conjunto Vazio: Outro erro frequente é não considerar o conjunto vazio (\emptyset) como uma possibilidade em problemas de interseção. Às vezes, os conjuntos podem não ter nenhum elemento em comum, mas os estudantes insistem em buscar uma interseção.

- **Dica:** Quando resolver problemas de interseção, avalie primeiro se há de fato elementos comuns entre os conjuntos. Não presuma a existência de interseção sem provas.

Dicas Práticas para Estudo:

1. Use Diagramas de Venn em Questões Complexas: Quando a questão envolver mais de um conjunto e suas relações, desenhar o diagrama de Venn é uma maneira eficiente de organizar as informações. Muitas vezes, o problema se torna mais claro visualmente, e as áreas de interseção e união são mais fáceis de identificar.

2. Pratique com Questões Anteriores: Um dos melhores métodos de estudo é a prática. Resolva questões de concursos passados de bancas como Vunesp, FCC e FGV, que frequentemente utilizam problemas envolvendo teoria dos conjuntos. Isso ajudará a consolidar o conhecimento e identificar os tipos de pegadinhas que podem aparecer nas provas.

Memorize as Principais Leis dos Conjuntos: Algumas leis, como a de De Morgan e as propriedades associativa, comutativa e distributiva, são essenciais para resolver problemas com mais eficiência. Dedicar tempo para memorizar essas regras economizará tempo durante a prova.

- Exemplo da Lei de De Morgan: $\overline{A \cup B} = \overline{A} \cap \overline{B}$ e $\overline{A \cap B} = \overline{A} \cup \overline{B}$.

4. Trabalhe o Raciocínio Lógico: Além das operações básicas, muitas questões envolvem um raciocínio lógico mais profundo. Pratique o entendimento de situações que requerem interpretação além das fórmulas, como resolver problemas do tipo “se apenas uma condição for verdadeira” ou “quantas pessoas pertencem a todos os grupos simultaneamente”.

5. Simule Condições de Prova: Ao estudar, simule a resolução de questões em condições semelhantes às da prova. Isso inclui controlar o tempo, ler o enunciado com atenção e usar as ferramentas adequadas, como os diagramas de Venn, para chegar à resposta correta sem pressa.

6. Não Subestime os Detalhes dos Enunciados: Muitas questões de conjuntos envolvem detalhes importantes, como a exclusividade entre conjuntos ou a presença de elementos em todos eles. Um erro comum é a leitura superficial do enunciado, o que leva à perda de informações cruciais.

- **Dica:** Leia o enunciado duas vezes antes de começar a resolver a questão. Fique atento às palavras-chave como “somente”, “exclusivamente”, “nem”, “apenas”, que alteram completamente a interpretação do problema.

Conclusão

A Teoria dos Conjuntos é uma ferramenta poderosa e amplamente utilizada tanto na matemática pura quanto em áreas aplicadas, como a resolução de problemas lógicos em concursos públicos. A compreensão dos conceitos fundamentais, como união, interseção, diferença e complemento, é crucial para quem deseja se destacar em provas de raciocínio lógico-matemático.

Os diagramas de Venn-Euler desempenham um papel fundamental na visualização e na resolução desses problemas, simplificando o processo de entendimento das relações entre conjuntos. Saber utilizá-los corretamente pode evitar erros comuns e otimizar o tempo de resolução.

Na preparação para concursos, é importante praticar a teoria dos conjuntos com exercícios diversos, focando em questões anteriores e simulados. A habilidade de interpretar corretamente os enunciados e aplicar as operações de conjuntos de forma lógica pode ser um diferencial para atingir a pontuação máxima em questões desse tipo.

Em resumo:

- Estude as operações e leis dos conjuntos;
- Use diagramas de Venn como ferramenta visual;
- Evite erros comuns, como confundir operações ou interpretar mal as interseções;
- Pratique com frequência, resolvendo questões de bancas tradicionais.

Dessa forma, com estudo disciplinado e técnica adequada, você estará mais preparado para enfrentar qualquer questão envolvendo a Teoria dos Conjuntos em sua próxima prova.

ANÁLISE COMBINATÓRIA

A **Análise Combinatória** é a parte da Matemática que desenvolve meios para trabalharmos com problemas de contagem. Vejamos eles:

Princípio fundamental de contagem (PFC)

É o total de possibilidades de o evento ocorrer.

• **Princípio multiplicativo:** P1. P2. P3.Pn.(regra do “e”). É um princípio utilizado em sucessão de escolha, como ordem.

• **Princípio aditivo:** P1 + P2 + P3 + ... + Pn. (regra do “ou”). É o princípio utilizado quando podemos escolher uma coisa ou outra.

Exemplos:

1. (BNB)

Apesar de todos os caminhos levarem a Roma, eles passam por diversos lugares antes. Considerando-se que existem três caminhos a seguir quando se deseja ir da cidade A para a cidade B, e que existem mais cinco opções da cidade B para Roma, qual a quantidade de caminhos que se pode tomar para ir de A até Roma, passando necessariamente por B?

- (A) Oito.
- (B) Dez.
- (C) Quinze.
- (D) Dezesesseis.
- (E) Vinte.

Resolução:

Observe que temos uma sucessão de escolhas: Primeiro, de A para B e depois de B para Roma. 1ª possibilidade: 3 (A para B).

Obs.: o número 3 representa a quantidade de escolhas para a primeira opção.

2ª possibilidade: 5 (B para Roma).

Temos duas possibilidades: A para B depois B para Roma, logo, uma sucessão de escolhas.

Resultado: $3 \cdot 5 = 15$ possibilidades.

Resposta: C.

2. (PREF. CHAPECÓ/SC – ENGENHEIRO DE TRÂNSITO – IOBV)

Em um restaurante os clientes têm a sua disposição, 6 tipos de carnes, 4 tipos de cereais, 4 tipos de sobremesas e 5 tipos de sucos. Se o cliente quiser pedir 1 tipo carne, 1 tipo de cereal, 1 tipo de sobremesa e 1 tipo de suco, então o número de opções diferentes com que ele poderia fazer o seu pedido, é:

- (A) 19
- (B) 480
- (C) 420
- (D) 90

Resolução:

A questão trata-se de princípio fundamental da contagem, logo vamos enumerar todas as possibilidades de fazermos o pedido:

$$6 \times 4 \times 4 \times 5 = 480 \text{ maneiras.}$$

Resposta: B.

Fatorial

Sendo n um número natural, chama-se de n! (lê-se: n fatorial) a expressão:

$$n! = n (n - 1) (n - 2) (n - 3) \dots \cdot 2 \cdot 1, \text{ como } n \geq 2.$$

Exemplos:

$$5! = 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 = 120.$$

$$7! = 7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 = 5.040.$$

ATENÇÃO
0! = 1
1! = 1
Tenha cuidado 2! = 2, pois 2 . 1 = 2. E 3! Não é igual a 3, pois 3 . 2 . 1 = 6.

Arranjo simples

Arranjo simples de n elementos tomados p a p, onde $n \geq 1$ e p é um número natural, é qualquer ordenação de p elementos dentre os n elementos, em que cada maneira de tomar os elementos se diferenciam pela ordem e natureza dos elementos.

Atenção: Observe que no grupo dos elementos: {1,2,3} um dos arranjos formados, com três elementos, 123 é DIFERENTE de 321, e assim sucessivamente.

• Sem repetição

A fórmula para cálculo de arranjo simples é dada por:

$$A_{np} = \frac{n!}{(n - p)!}$$

Onde:

n = Quantidade total de elementos no conjunto.

P = Quantidade de elementos por arranjo

Exemplo: Uma escola possui 18 professores. Entre eles, serão escolhidos: um diretor, um vice-diretor e um coordenador pedagógico. Quantas as possibilidades de escolha?

n = 18 (professores)

p = 3 (cargos de diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico)

$$A_{n,p} = \frac{n!}{(n - p)!} \rightarrow A_{18,3} = \frac{18!}{(18 - 3)!} = \frac{18!}{15!} = \frac{18 \cdot 17 \cdot 16 \cdot 15!}{15!} = 4896 \text{ grupos}$$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS. COMPONENTES DOS SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO: HARDWARE E SOFTWARE

Hardware

Hardware refere-se a parte física do computador, isto é, são os dispositivos eletrônicos que necessitamos para usarmos o computador. Exemplos de hardware são: CPU, teclado, mouse, disco rígido, monitor, scanner, etc.

Software

Software, na verdade, **são os programas usados para fazer tarefas e para fazer o hardware funcionar**. As instruções de software são programadas em uma linguagem de computador, traduzidas em linguagem de máquina e executadas por computador.

O software pode ser categorizado em dois tipos:

- Software de sistema operacional
- Software de aplicativos em geral

– Software de sistema operacional

O software de sistema é o responsável pelo funcionamento do computador, é a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

– Software de aplicação

O software de aplicação é aquele utilizado pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos de software de aplicativos incluem Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, etc.

Para não esquecer:

HARDWARE	É a parte física do computador
SOFTWARE	São os programas no computador (de funcionamento e tarefas)

Periféricos

Periféricos são os dispositivos externos para serem utilizados no computador, ou mesmo para aprimora-lo nas suas funcionalidades. Os dispositivos podem ser essenciais, como o teclado, ou aqueles que podem melhorar a experiência do usuário e até mesmo melhorar o desempenho do computador, tais como design, qualidade de som, alto falantes, etc.

Tipos:

PERIFÉRICOS DE ENTRADA	Utilizados para a entrada de dados;
PERIFÉRICOS DE SAÍDA	Utilizados para saída/visualização de dados

– Periféricos de entrada mais comuns.

- O teclado é o dispositivo de entrada mais popular e é um item essencial. Hoje em dia temos vários tipos de teclados ergonômicos para ajudar na digitação e evitar problemas de saúde muscular;
- Na mesma categoria temos o scanner, que digitaliza dados para uso no computador;
- O mouse também é um dispositivo importante, pois com ele podemos apontar para um item desejado, facilitando o uso do computador.

– Periféricos de saída populares mais comuns

- Monitores, que mostra dados e informações ao usuário;
- Impressoras, que permite a impressão de dados para material físico;
- Alto-falantes, que permitem a saída de áudio do computador;
- Fones de ouvido.

Sistema Operacional

O software de sistema operacional é o responsável pelo funcionamento do computador. É a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

– Aplicativos e Ferramentas

São softwares utilizados pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos: Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, além de ferramentas construídas para fins específicos.

SOFTWARE BÁSICO, SOFTWARE UTILITÁRIO, SOFTWARE APLICATIVO E SOFTWARE LIVRE: CONCEITOS

Software Livre refere-se a todo programa de computador que pode ser executado, copiado, modificado e redistribuído sem que haja a necessidade da autorização do seu proprietário para isso¹. Esse tipo de software disponibiliza para seus usuários e desenvolvedores o livre acesso ao código-fonte para que possam realizar alterações da maneira que desejarem.

¹ <https://canaltech.com.br/software/o-que-e-software-livre-25494/>

O código-fonte são as instruções que formam um programa². É baseado em uma linguagem de programação. Depois de concluído, esse código deve ser transformado em linguagem de máquina para que o computador efetivamente faça das instruções um software. Tendo acesso ao código-fonte, uma pessoa com conhecimentos para isso pode estudá-lo ou mesmo alterá-lo conforme sua necessidade ou interesse

A FSF (Free Software Foundation - Fundação para o Software Livre) é a criadora do conceito. Ela é uma organização sem fins lucrativos, fundada no ano de 1985 por Richard Stallman, idealizador do GNU - sistema operacional tipo Unix. A filosofia da FSF apoia-se na liberdade de expressão e não nos lucros. Stallman acredita que os softwares proprietários (aqueles que não são livres) são injustos, restritivos e de certa forma discriminatórios.

Em 1983, Stallman começou o Projeto GNU após ter sofrido uma experiência negativa com um software comercial. Funcionário do Laboratório de Inteligência Artificial do MIT, ele identificou uma falha no software de uma impressora Xerox e tentou consertá-la. No entanto, a empresa não liberou para Stallman o código-fonte, motivando-o a criar um mecanismo legal que garantisse que todos pudessem desfrutar dos direitos de copiar, modificar e redistribuir um software. Isso gerou a criação da Licença GPL e, posteriormente, da FSF.

Os usuários de software livre estão isentos dessas restrições, pois eles não necessitam pedir autorização ao proprietário, além de não serem obrigados a concordar com cláusulas restritivas de outros, bem como licenças proprietárias, como cópias restritas.

Algumas licenças de utilização foram criadas para poder garantir a equidade e a organização de direitos entre os usuários. A mais utilizada delas é a GPL - General Public License (Licença Pública do Uso Geral).

Um programa pode ser considerado software livre quando se enquadra nas quatro liberdades essenciais:

Liberdade 0: a liberdade de execução do programa para qualquer finalidade;

Liberdade 1: a liberdade de estudar e entender como o programa funciona, além de poder adaptá-lo de acordo com as suas necessidades. Para isso, o acesso ao código-fonte do software faz-se necessário;

Liberdade 2: a liberdade de redistribuir cópias com o intuito de ajudar outras pessoas;

Liberdade 3: a liberdade de distribuir cópias alteradas a outras pessoas. Isso permite que as demais pessoas tenham acesso ao software em sua versão melhorada, se beneficiando de suas mudanças.

Software Gratuito

Software gratuito (freeware) é um programa que pode ser utilizado sem pagar por ele. Ou seja, um software pode ser gratuito e livre, por outro lado, pode ser também gratuito e fechado. Um software nesta condição é restrito, isto é, somente o autor ou a entidade que o desenvolve tem acesso ao código-fonte, portanto você não pode alterá-lo ou simplesmente estudá-lo, somente usá-lo da forma como foi disponibilizado. Muitas vezes, há limitações também em sua distribuição.

Portanto, software livre e software gratuito não são a mesma coisa.

Software livre é gratuito?

Software livre consiste na ideia de que pode ser utilizado, distribuído, estudado o código-fonte e até modificado, sem necessidade de pedir autorização ao seu desenvolvedor. Softwares nestas condições geralmente não requerem pagamento, mas isso não é regra: um programa pode ser livre, mas não necessariamente gratuito.

Uma pessoa pode pagar para receber um software livre ou cobrar para distribuir um programa nesta condição, por exemplo, desde que esta ação não entre em conflito com as liberdades apontadas pela Free Software Foundation.

Como exemplo, um programador pode desenvolver um aplicativo, disponibilizá-lo como software livre e vendê-lo em seu site, desde que não impeça o comprador de acessar o código-fonte, fazer alterações, redistribuir e assim por diante.

GNU Public License (GPL)

Quando um software é criado, o desenvolvedor o associa a um documento que determina quais ações o utilizador pode ou não executar. Esta é a licença de software. Por exemplo, ao adquirir uma solução de ERP, é possível que ela seja implementada em um número limitado de máquinas. Esta e outras condições devem ficar explícitas na licença.

A GNU Public License (GPL) nada mais é do que uma licença criada pela Free Software Foundation baseada nas liberdades que a entidade defende. Ou seja, quando um programa possui licença GPL, significa que é, de fato, um software livre.

É importante frisar que um programa não necessita obrigatoriamente de uma licença GPL para ser um software livre. É possível o uso de outras licenças, desde que compatíveis com as liberdades em questão.

Copyleft

A expressão copyleft (copy + left) é um trocadilho com o termo copyright (copy + right), que se refere aos direitos de uso ou cópia de uma propriedade intelectual. No caso, a palavra left faz alusão a um contexto mais generoso: enquanto o copyright dá mais foco nas restrições, o copyleft se baseia nas permissões.

No caso do software livre, o desenvolvedor poderia deixar seu programa em domínio público, isto é, sujeito a toda e qualquer forma de utilização, alteração e distribuição. Porém, esta situação pode fazer com que indivíduos ou entidades modifiquem este software e o disponibilizem mediante uma série de restrições, ignorando as liberdades que o tornariam livre.

É para evitar problemas do tipo que o copyleft entra em cena: com ele, as liberdades de modificação e distribuição são garantidas, tanto em um projeto original quanto em um derivado. Isso significa que uma pessoa ou uma organização não poderá obter um software livre, modificá-lo e distribuí-lo de maneira restrita, devendo compartilhar o programa - seja ele alterado ou não - pelas mesmas condições em que o obteve (compartilhamento pela mesma licença).

Este cenário é válido para as licenças compatíveis com tais condições, como é o caso da GPL.

Vale frisar, no entanto, que há licenças para software livre que não contemplam as características do copyleft.

² <https://www.infowester.com/freexopen.php>

Open Source

É comum ver Software Livre e Código Aberto (Open Source) sendo tratados como se fossem a mesma coisa. De igual maneira, não é difícil encontrar a expressão “código aberto” como mero sinônimo de “código-fonte aberto”. Não há, necessariamente, erros aqui, mas há diferenças.

O Open Source é um movimento que surgiu em 1998 por iniciativa principal de Bruce Perens, mas com o apoio de várias outras pessoas que não estavam totalmente de acordo com os ideais filosóficos ou com outros aspectos do Software Livre, resultando na criação da Open Source Initiative (OSI).

A Open Source Initiative não ignora as liberdades da Free Software Foundation, por outro lado, tenta ser mais flexível. Para isso, a organização definiu dez quesitos para que um software possa ser considerado Open Source:

- 1- Distribuição livre;
- 2- Acesso ao código-fonte;
- 3- Permissão para criação de trabalhos derivados;
- 4- Integridade do autor do código-fonte;
- 5- Não discriminação contra pessoas ou grupos;
- 6- Não discriminação contra áreas de atuação;
- 7- Distribuição da licença;
- 8- Licença não específica a um produto;
- 9- Licença não restritiva a outros programas;
- 10- Licença neutra em relação à tecnologia.

Analisando as características da Free Software Foundation e da Open Source Initiative, percebemos que, em muitos casos, um software livre pode também ser considerado código aberto e vice-versa.

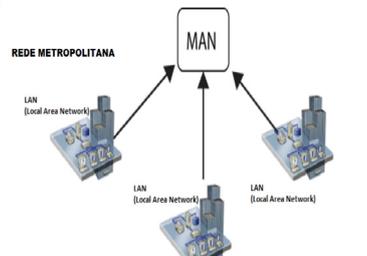
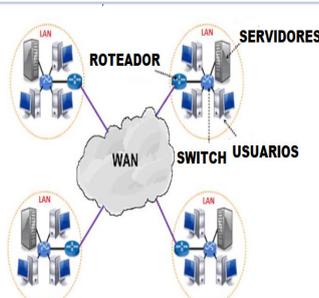
A diferença está, essencialmente, no fato de a OSI ter receptividade maior em relação às iniciativas de software do mercado. Assim, empresas como Microsoft e Oracle, duas gigantes do software proprietário, podem desenvolver soluções de código aberto utilizando suas próprias licenças, desde que estas respeitem os critérios da OSI. No Software Livre, empresas como estas provavelmente enfrentariam algum tipo de resistência, uma vez que suas atividades principais ou mesmo os programas oferecidos podem entrar em conflito com os ideais morais da Free Software Foundation.

REDE DE COMPUTADORES (CABEADAS E WIRELESS) E EQUIPAMENTOS DE CONECTIVIDADE: CONCEITOS E APLICAÇÕES

— **Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, procedimentos de Internet e Intranet**

As redes podem ser classificadas de acordo com o quadro abaixo:

Conceitos Básicos

TIPO DE REDE DE COMPUTADORES		
LAN	Uma rede Local, abrange somente um local definido. Exemplo: (casa, escritório e etc.)	 <p>LAN Rede Local</p>
MAN	Uma rede Metropolitana, pode abranger uma grande cidade ou inúmeras cidades. As MANS não precisam estar em áreas urbanas. O termo MAN tem relação ao tamanho da rede.	 <p>REDE METROPOLITANA</p>
WAN	É uma rede com uma grande abrangência. É maior que a MAN, abrange uma área global. Podemos usar a INTERNET para estabelecer a conexão.	 <p>ROTEADOR, SWITCH, USUARIOS, SERVIDORES</p>

— **Internet:** conhecida como a rede mundial de computadores. A internet é uma coleção global de computadores, celulares e outros dispositivos que se comunicam através de um endereço IP para os usuários trocarem informações. Cada máquina conectada possui um IP válido e a comunicação se dá através do protocolo TCP/IP.

– **Intranet:** é um serviço similar a INTERNET, onde somente usuários autorizados acessam as páginas no navegador. As organizações usam a INTRANET para acessar seus dados tanto localmente (Matrix) ou distante (Filiais).

– **Aplicativos, procedimentos de Internet e Intranet**

– **Navegadores:** Aplicativos usados para navegar na internet, como por exemplo, o Google Chrome, Edge, Firefox, Internet Explorer e etc.).

– **Download:** utilizado para baixar ou receber arquivos.

– **Firewall:** Barreira de segurança.

– **Correio eletrônico:** é a comunicação entre usuários da rede.

– **Roteador:** equipamento para se conectar na rede.

– **Upload:** Utilizado para subir ou enviar arquivos.

– **HTML:** Hyper Text Markup Language (Linguagem de Marcação de Hiper Texto). É uma linguagem utilizada para produzir páginas da Internet.

– **HTTP:** Hyper Text Transfer Protocol (Protocolo de Transferência de Hipertexto): Navegação na internet (links).

– **HTTPS:** Hyper Text Transfer Protocol Secure (Protocolo de Transferência de Hiper Texto Seguro).

– **SMTP e POP:** são os protocolos de serviços da internet responsáveis pelo envio e recepção de mensagens eletrônicas, como por exemplo, o e-mail.

– **Servidor Proxy:** tem a função de mediar as comunicações da rede de uma empresa ou usuário (local) com a Internet (rede externa).

– **Servidor FTP:** (File Transfer Protocol) é um protocolo que tem a função de transferir arquivos entre dois computadores via INTERNET.

– **Servidor WEB:** É o local onde reside as páginas WEB para estabelecer o contato para poder acessar conteúdos, páginas HTML, arquivos de som, imagem, vídeos e etc.

O servidor WEB é um software que verifica a segurança e gera a informação para atender à solicitação.

CONCEITOS, FUNÇÕES E APLICAÇÕES DE INTERNET E INTRANET. TIPOS E CARACTERÍSTICAS DOS NAVEGADORES E DISPOSITIVOS MÓVEIS. CONCEITOS SOBRE TECNOLOGIAS E FERRAMENTAS DE COLABORAÇÃO

Navegação e navegadores da Internet

– **Internet**

É conhecida como a rede das redes. A internet é uma coleção global de computadores, celulares e outros dispositivos que se comunicam.

– **Procedimentos de Internet e intranet**

Através desta conexão, usuários podem ter acesso a diversas informações, para trabalho, lazer, bem como para trocar mensagens, compartilhar dados, programas, baixar documentos (download), etc.



– **Sites**

Uma coleção de páginas associadas a um endereço *www*. é chamada *web site*. Através de navegadores, conseguimos acessar web sites para operações diversas.

– **Links**

O link nada mais é que uma referência a um documento, onde o usuário pode clicar. No caso da internet, o Link geralmente aponta para uma determinada página, pode apontar para um documento qualquer para se fazer o download ou simplesmente abrir.

Dentro deste contexto vamos relatar funcionalidades de alguns dos principais navegadores de internet: Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome.

Internet Explorer 11



– **Identificar o ambiente**



O Internet Explorer é um navegador desenvolvido pela Microsoft, no qual podemos acessar sites variados. É um navegador simplificado com muitos recursos novos.

Dentro deste ambiente temos:

– **Funções de controle de privacidade:** Trata-se de funções que protegem e controlam seus dados pessoais coletados por sites;

– **Barra de pesquisas:** Esta barra permite que digitemos um endereço do site desejado. Na figura temos como exemplo: <https://www.gov.br/pt-br/>

– **Guias de navegação:** São guias separadas por sites aberto. No exemplo temos duas guias sendo que a do site <https://www.gov.br/pt-br/> está aberta.



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÉTICA E CONDUTA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: SERVIDOR PÚBLICO. REGIME JURÍDICO. DIREITOS E DEVERES. INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

Conceito

A Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe em seu bojo, várias regras de organização do Estado brasileiro, dentre elas, as concernentes à Administração Pública e seus agentes como um todo.

A designação “agente público” tem sentido amplo e serve para conceituar qualquer pessoa física exercente de função pública, de forma remunerada ou gratuita, de natureza política ou administrativa, com investidura definitiva ou transitória.

Espécies (classificação)

Maria Sylvania Zanella Di Pietro, entende que quatro são as categorias de agentes públicos: agentes políticos, servidores públicos civis, militares e particulares em colaboração com o serviço público.

Vejamos cada classificação detalhadamente:

– Agentes políticos

Exercem atividades típicas de governo e possuem a incumbência de propor ou decidir as diretrizes políticas dos entes públicos. Nesse patamar estão inclusos os chefes do Poder Executivo federal, estadual e municipal e de seus auxiliares diretos, quais sejam, os Ministros e Secretários de Governo e os membros do Poder Legislativo como Senadores, Deputados e Vereadores.

De forma geral, os agentes políticos exercem mandato eletivo, com exceção dos Ministros e Secretários que são ocupantes de cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração.

Autores como Hely Lopes Meirelles, acabaram por enfatizar de forma ampla a categoria de agentes políticos, de forma a transparecer que os demais agentes que exercem, com alto grau de autonomia, categorias da soberania do Estado em decorrência de previsão constitucional, como é o caso dos membros do Ministério Público, da Magistratura e dos Tribunais de Contas.

– Servidores Públicos Civis

De forma geral, servidor público são todas as pessoas físicas que prestadoras de serviços às entidades federativas ou as pessoas jurídicas da Administração Indireta em função da relação de trabalho que ocupam e com remuneração ou subsídio pagos pelos cofres públicos, vindo a compor o quadro funcional dessas pessoas jurídicas.

Depreende-se que alguns autores dividem os servidores públicos em civis e militares. Pelo fato de termos adotado a classificação aludida por Maria Sylvania Zanella Di Pietro, trataremos os servidores militares como sendo uma categoria

à parte, designando-os apenas de militares, e, por conseguinte, usando a expressão servidores públicos para se referir somente aos servidores públicos civis.

De acordo com as regras e normas pelas quais são regidos, os servidores públicos civis podem ser subdivididos da seguinte maneira:

– **Servidores estatutários:** ocupam cargo público e são regidos pelo regime estatutário.

– **Servidores ou empregados públicos:** são os servidores contratados sob o regime da CLT e ocupantes de empregos públicos.

– **Servidores temporários:** são os contratados por determinado período de tempo com o objetivo de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Exercem funções públicas, mas não ocupam cargo ou emprego público. São regidos por regime jurídico especial e disciplinado em lei de cada unidade federativa.

– **Servidores militares:** antes do advento da EC 19/1998, os militares eram tratados como “servidores militares”. Militares são aqueles que prestam serviços às Forças Armadas como a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, às Polícias Militares ou aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, Distrito Federal e dos territórios, que estão sob vínculo jurídico estatutário e são remunerados pelos cofres públicos. Por estarem submetidos a um regime jurídico estatutário disciplinado em lei por lei, os militares estão submetidos à regras jurídicas diferentes das aplicadas aos servidores civis estatutários, justificando, desta forma, o enquadramento em uma categoria própria de agentes públicos.

Destaca-se que a Constituição Federal assegurou aos militares alguns direitos sociais conferidos aos trabalhadores de forma geral, são eles: o 13º salário; o salário-família, férias anuais remuneradas com acréscimo ao menos um terço da remuneração normal; licença à gestante com a duração de 120 dias; licença paternidade e assistência gratuita aos filhos e demais dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

Ademais, os servidores militares estão submetidos por força da Constituição Federal a determinadas regras próprias dos servidores públicos civis, como por exemplo: teto remuneratório, irredutibilidade de vencimentos, dentre outras peculiaridades.

Embora haja tais assimilações, aos militares são aplicadas algumas vedações que constituem direito dos demais agentes públicos, como por exemplo, os casos da sindicalização, bem como da greve e, quando estiverem em serviço ativo, da filiação a partidos políticos.

– Cargo, Emprego e Função Pública

Para que haja melhor organização na Administração Pública, os servidores públicos são amparados e organizados a partir de quadros funcionais. Quadro funcional é o acoplado de cargos,

empregos e funções públicas de um mesmo ente federado, de uma pessoa jurídica da Administração Indireta de ou de seus órgãos internos.

Cargo

O art. 3º do Estatuto dos Servidores Civis da União da Lei 8.112/1990 conceitua cargo público como “o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor”. Via de regra, podemos considerar o cargo como sendo uma posição na estrutura organizacional da Administração Pública a ser preenchido por um servidor público.

Em geral, os cargos públicos somente podem ser criados, transformados e extinguidos por força de lei.

Ao Poder Legislativo, caberá, mediante sanção do chefe do Poder Executivo, dispor sobre a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas.

Em se tratando de cargos do Poder Legislativo, a criação não depende de termos exatos de lei, mas, sim de uma norma que mesmo possuindo hierarquia de lei, não depende de sanção ou veto do chefe do Executivo. É o que chamamos de Resoluções, que são leis sem sanção.

A despeito da criação de cargos, vejamos:

a) Cargos do Poder Executivo: a iniciativa é privativa do chefe desse Poder (CF, art. 61, § 1º, II, “a”).

b) Cargos do Poder Judiciário: dos Tribunais de Contas e do Ministério Público a lei em questão, partirá de iniciativa dos respectivos Tribunais ou Procuradores-Gerais em se tratando da criação de cargos para o Ministério Público.

c) Cargos do Legislativo: os cargos serão criados, extintos ou transformados por atos normativos de âmbito interno desse Poder (Resoluções), sendo sua iniciativa da respectiva Mesa Diretora.

Embora sejam criados por lei, os cargos ou funções públicas, se estiverem vagos, podem ser extintos por intermédio de lei ou por decreto do chefe do Poder Executivo. No entanto, se o cargo estiver ocupado, só poderá ser extinto por lei.

Os cargos podem ser organizados em carreira ou isolados. Vejamos:

– **Cargos organizados em carreira:** são cargos cujos ocupantes podem percorrer várias classes ao longo da sua vida funcional, em razão do regime de progressão do servidor na carreira.

– **Cargos isolados:** não permitem a progressão funcional de seus titulares.

Em relação às garantias e características especiais que lhe são conferidas, os cargos podem ser classificados em vitalícios, efetivos; e comissionados. Vejamos:

– **Cargos vitalícios e cargos efetivos:** oferecem garantia de permanência aos seus ocupantes. De forma geral, a nomeação para esses cargos é dependente de prévia aprovação em concurso público.

– **Cargos em comissão ou comissionados:** de acordo com o art. 37, V, da CF, os cargos comissionados se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. São ocupados de maneira temporária, em função da confiança depositada pela autoridade nomeante. A nomeação para esse tipo de cargo

não depende de aprovação em concurso público, podendo a exoneração do seu ocupante pode ser feita a qualquer tempo, a critério da autoridade nomeante.

Emprego

Os empregos públicos são entidades de atribuições com o fito de serem ocupadas por servidores regidos sob o regime da CLT, que também chamados de celetistas ou empregados públicos.

A diferença entre cargo e emprego público consiste no vínculo que liga o servidor ao Estado. Ressalta-se que o vínculo jurídico do empregado público é de natureza contratual, ao passo que o do servidor titular de cargo público é de natureza estatutária.

No âmbito das pessoas de Direito Público como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como em suas autarquias e fundações públicas de direito público, levando em conta a restauração da redação originária do caput do art. 39 da CF/1988 (ADIn 2135 MC/DF), afirma-se que o regime a ser adotado é o estatutário. Entretanto, é plenamente possível a convivência entre o regime estatutário e o celetista relativo aos entes que, anteriormente à concessão da medida cautelar mencionada, tenham realizado contratações e admissões no regime de emprego público. No tocante às pessoas de Direito Privado da Administração Indireta como as empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado, infere-se que somente é possível a existência de empregados públicos, nos termos legais.

Função Pública

Função pública também é uma espécie de ocupação de agente público. Denota-se que ao lado dos cargos e empregos públicos existem determinadas atribuições que também são exercidas por servidores públicos, mas no entanto, essas funções não compõem a lista de atribuições de determinado cargo ou emprego público, como por exemplo, das funções exercidas por servidores contratados temporariamente, em razão de excepcional interesse público, com base no art. 37, IX, da CFB/88.

Esse tipo de servidor ocupa funções temporárias, desempenhando suas funções sem titularizar cargo ou emprego público. Além disso, existem funções de chefia, direção e assessoramento para as quais o legislador não cria o cargo respectivo, já que serão exercidas com exclusividade por ocupantes de cargos efetivos, nos termos do art. 37, V, da CFB/88.

– Observação importante: nos parâmetros do art. 37, V da CFB/88, da mesma forma que previsto para os cargos em comissão, as funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Regimento Jurídico

– Provedimento

Provedimento é a forma de ocupação do cargo público pelo servidor. Além disso, é um ato administrativo por intermédio do qual ocorre o preenchimento de cargo, por conseguinte, atribuindo as funções a ele específicas e inerentes a uma determinada pessoa. Tanto a doutrina quanto a lei dividem as espécies de provimento de cargos públicos em dois grupos. São eles:

– **Provimento originário:** é ato administrativo que designa um cargo a servidor que antes não integrava o quadro de servidores daquele órgão, ou seja, o agente está iniciando a carreira pública.

O provimento originário é a única forma de nomeação reconhecida pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro, isso, é claro, ressalte-se, dependendo de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos, nos termos da lei, a ordem de classificação e o prazo de sua validade. Destaque-se que o momento da nomeação configura discricionariedade do administrador, na qual devem ser respeitados os prazos do concurso público, nos moldes do art. 9º e seguintes da Lei 8112/90, devendo, por conseguinte, ainda ser feita uma análise a respeito dos requisitos para a ocupação do cargo.

Entretanto, uma vez realizada a nomeação do candidato, este ato não lhe atribui a qualidade de servidor público, mas apenas a garantia de ocupação do referido cargo. Para que se torne servidor público, o particular deverá assinar o termo de posse, se submetendo a todas as normas estatutárias da instituição.

O provimento do cargo ocorre com a nomeação, mas a investidura no cargo acontece com a posse nos termos do art. 7º da Lei 8.112/90.

De acordo com a Lei Federal, o prazo máximo para a posse é de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato de provimento, nos termos do art. 13, §1º, sendo que, desde haja a devida comprovação, a legislação admite que a posse ocorra por meio de procuração específica, conforme disposto no art. 13, §3º da lei 8.112/90.

Havendo a efetivação da posse dentro do prazo legal, o servidor público federal terá o prazo máximo de 15 (dias) dias para iniciar a exercer as funções do cargo, nos trâmites do art. 15, §1º do Estatuto dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei 8112/90, sendo que não sendo respeitado este prazo, o agente poderá ser exonerado. Vejamos:

Art. 15. § 2º - *O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, observado o disposto no art. 18. (Redação dada pela Lei n. 9.527, de 10.12.97).*

Ademais, se o candidato for nomeado e não se apresentar para posse, no prazo de determinado por lei, não ocorrerá exoneração, tendo em vista ainda não havia sido investido na qualidade de servidor. Assim sendo, o ato de nomeação se torna sem efeito, vindo a ficar vago o cargo que havia sido ocupado pelo ato de nomeação.

– **Provimento Derivado:** o cargo público deverá ser entregue a um servidor que já tenha uma relação anterior com a Administração Pública e que se encontra exercendo funções na carreira em que pretende assumir o novo cargo. Denota-se que provimento derivado somente será possível de ser concretizado, se o agente provier de outros cargos na mesma carreira em que houve provimento originário anterior. Não pode haver provimento derivado em outra carreira.

Nesses casos, deverá haver a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, para que se faça novo provimento originário. A permissão para que o agente ingresse em nova carreira por meio de provimento derivado violaria os princípios da isonomia e da impessoalidade, mediante os

benefícios oferecidos de forma defesa. Nesse diapasão, vejamos o que estabelece a súmula vinculante nº 43 do Supremo Tribunal Federal

– **Súmula 43 do STF:** É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

Assim sendo, analisaremos as espécies de provimento derivado permitidas no ordenamento Jurídico Brasileiro e suas características específicas. Vejamos:

– **Provimento derivado vertical:** é a promoção na carreira ensejando a garantia de o servidor público ocupar cargos mais altos, na carreira de ingresso, de forma alternada por antiguidade e merecimento. Para que isso ocorra, é necessário que ele tenha ingressado, mediante aprovação em concurso público no serviço público, bem como mediante assunção de cargo escalonado em carreira.

Denota-se que a escolha do servidor a progredir na carreira deve ser realizada por critérios de antiguidade e merecimento e de forma alternada por critérios de antiguidade e merecimento.

Destaque-se que, intermédio de promoção, não será possível assumir um cargo em outra carreira mais elevada. Como por exemplo, ao ser promovido do cargo de técnico do Tribunal para o cargo de analista do mesmo órgão. Isso não é possível, uma vez que tal situação significaria a possibilidade de mudança de carreira sem a realização de concurso público, o que ensejaria a ascensão que foi abolida pela Constituição Federal de 1988.

– **Provimento derivado horizontal:** trata-se da readaptação disposta no art. 24 da Lei 8112/90. É o aproveitamento do servidor em um novo cargo, em decorrência de uma limitação sofrida por este na capacidade física ou mental. Em ocorrendo esta hipótese, o agente deverá ser readaptado vindo a assumir um novo cargo, no qual as funções sejam compatíveis com as limitações que sofreu em sua capacidade laboral, dependendo a verificação desta limitação mediante a apresentação de laudo laboral expedido por junta médica oficial, que ateste demonstrando detalhadamente a impossibilidade de o agente se manter no exercício de suas atividades de trabalho.

Na fase de readaptação ficará garantida o recebimento de vencimentos, não podendo haver alteração do subsídio recebido pelo servidor em virtude da readaptação.

– **Observação importante:** esta modalidade de provimento derivado independe da existência de cargo vago na carreira, porque ainda que este não exista, o servidor sempre terá direito de ser readaptado e poderá exercer suas funções no novo cargo como excedente. Caso não haja nenhum cargo na carreira, com funções compatíveis, o servidor poderá ser aposentado por invalidez. Para que haja readaptação, não há necessidade de a limitação ter ocorrido por causa do exercício do labor ou da função. A princípio, independentemente de culpa, o servidor tem direito a ser readaptado.

– **Provisão derivado por reingresso:** ocorre quando o servidor de alguma forma, deixou de atuar no labor das funções de cargo específico e retorna às suas atividades. Esse provimento pode ocorrer de quatro formas. São elas:

a) **Reversão:** nos termos do art. 25 da Lei 8.112/90, é o retorno do servidor público aposentado ao exercício do cargo público. A reversão pode ocorrer por meio da aposentadoria por invalidez, quando cessarem os motivos da invalidez. Neste caso, por meio de laudo médico oficial, o poder público toma conhecimento de que os motivos que ensejaram a aposentadoria do servidor se tornaram insubsistentes, do que resulta a obrigatoriedade de retorno do servidor ao cargo.

Também pode ocorrer a reversão do servidor aposentado de forma voluntária. Dessa maneira, atendidos os requisitos dispostos em lei, a legislação ordena que havendo interesse da Administração Pública, que o servidor tenha requerido a reversão, que a aposentadoria tenha sido de forma voluntária, que o agente público já tivesse, antes, adquirido estabilidade quando no exercício da atividade, que a aposentadoria tenha se dado nos cinco anos anteriores à solicitação e também que haja cargo vago, no momento da petição de reversão.

b) **Reintegração:** trata-se de provimento derivado que requer o retorno do servidor público estável ao cargo que ocupava anteriormente, em decorrência da anulação do ato de demissão.

Ocorre a reintegração quando tornada sem validade a demissão do servidor estável por decisão judicial ou administrativa, ponderando que o reintegrado terá o direito de ser indenizado por tudo que deixou de ganhar em consequência da demissão ilegal.

c) **Recondução:** conforme dispõe o art. 29, da lei 8.112/90, trata-se a recondução do retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado por ele, podendo ocorrer em duas hipóteses:

– **Inabilitação em estágio probatório relacionado a outro cargo:** quando o servidor público retorna à carreira anterior na qual já havia adquirido estabilidade, evitando assim, sua exoneração do serviço público.

– **Reintegração do anterior ocupante:** cuida-se de situação exposta, na situação prática apresentada anteriormente, através da qual, o servidor público ocupa cargo de outro servidor que é posteriormente reintegrado.

– **Observação importante:** A recondução não gera direito à percepção de indenização, em nenhuma das duas hipóteses. Assim, o servidor público retornará ao cargo de origem, percebendo a remuneração deste cargo.

d) **Aproveitamento:** é retorno do servidor público que se encontra em disponibilidade, para assumir cargo com funções compatíveis com as que anteriormente exercia, antes de ter extinto o cargo que antes ocupava.

Isso ocorre, por que a Carta Magna prevê que havendo a extinção ou declaração de desnecessidade de determinado cargo público, o servidor público estável ocupante do cargo não deverá ser demitido ou exonerado, mas sim ser removido para a disponibilidade. Nesses casos, o servidor deixará de exercer as funções de forma temporária, mantendo o vínculo com a administração pública.

Destaque-se que não há prazo para o término da disponibilidade, porém, por lei, o servidor tem a garantia de que, surgindo novo cargo vago compatível com o que ocupava, seu aproveitamento será obrigatório.

– **Observação importante:** o aproveitamento é obrigatório tanto para o poder público quanto para o agente. Isso ocorre porque a Administração Pública não pode deixar de executar o aproveitamento para nomear novos candidatos, da mesma forma que o servidor não poderá optar por ficar em disponibilidade, vindo a recusar o aproveitamento.

– **Vacância**

As situações de vacância são as hipóteses de desocupação do cargo público. Vacância é o termo utilizado para designar cargo público vago. É um fato administrativo que informa que o cargo público não está provido e poderá preenchido por novo agente.

A lei dispõe sete hipóteses de vacância. São elas:

a) **Aposentadoria:** acontece quando mediante ato praticado pela Administração Pública, o servidor público passa para a inatividade. No Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, a aposentadoria pode-se dar voluntariamente, compulsoriamente ou por invalidez, devendo ser aprovada pelo Tribunal de Contas para que tenha validade. A aposentadoria pode ocorrer pelas seguintes maneiras:

– **Falecimento**

Quando se tratar de fato administrativo alheio ao interesse do servidor ou da Administração Pública, torna inevitavelmente inviável a ocupação do cargo.

– **Exoneração**

Acontece sempre que o desfazimento do vínculo com o poder público ocorre por situação prevista em lei, sem penalidades, dando fim à relação jurídica funcional que havia tido início com a posse.

Ressalte-se que a exoneração pode ocorrer a pedido do servidor, situação na qual, por vontade do agente público, o vínculo se restará desfeito e o cargo vago.

b) **Demissão:** será cabível todas as vezes em que o servidor cometer infração funcional, prevista em lei e será punível com a perda do cargo público. A demissão está disposta na lei 8.112/90 em forma de sanção aplicada ao servidor que cometer.

Quaisquer das infrações dispostas no art. 132 que são configuradas como condutas consideradas graves. Em determinados casos, definidos pelo legislador, a demissão proporá de forma automática a indisponibilidade dos bens do servidor até que esse faça os devidos ressarcimentos ao erário. Em se tratando de situações mais extremas, o legislador vedará por completo a o retorno do servidor ao serviço público.

A penalidade deverá ser por meio de processo administrativo disciplinar no qual se observe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS RONDONIENSES, AOS POVOS INDÍGENAS, OS ESPANHÓIS EM MEADOS DO SÉCULO XVI

Os povos indígenas habitaram o atual território de Rondônia por milênios, como revelam estudos arqueológicos. Inicialmente atribuído à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas, a exploração da área só começou no século XVIII, com missões religiosas que buscavam catequizar e pacificar os nativos. Em 1621, o território passou para administração portuguesa durante a União Ibérica e ficou sob o Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Expedições portuguesas, como as de Pedro Teixeira em 1637 e Raposo Tavares em 1647, percorreram a região dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, enfrentando dificuldades de navegação devido a cachoeiras. Na segunda metade do século XVII, os jesuítas espanhóis estabeleceram missões no vale do Rio Mamoré, na Bolívia.

O interesse aumentou após a descoberta de ouro no Mato Grosso em 1719, o que atraiu novos exploradores. Em 1728, foi fundada a missão de Santo Antônio das Cachoeiras (atual Porto Velho) no território de Rondônia.

O século XVIII trouxe disputas territoriais entre Portugal e Espanha, culminando no Tratado de Madrid em 1750, que confirmou a posse portuguesa do Mato Grosso, e na construção de fortes para proteção da fronteira, como o Forte Príncipe da Beira, concluído em 1783.

A região era estratégica pela navegação e foi palco de intensos conflitos e tentativas de povoamento e defesa, incentivadas por administrações como a do Marquês de Pombal, que criou a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Com a divisão administrativa do Brasil, Rondônia ficou entre as províncias do Rio Negro e Mato Grosso em 1821. A região amazônica se destaca pela vasta planície aluvial e uma floresta equatorial que integra diversos países sul-americanos. A colonização amazônica visava explorar riquezas minerais e vegetais e consolidar uma base mercantilista, enquanto exploradores como Vicente Pizón e Francisco Orellana lideraram importantes expedições pelos rios amazônicos nos séculos XVI e XVII.

Primeiras Expedições

Desde a expedição de Vicente Pinzón em 1500, quando foi descoberta a foz do Rio Amazonas, até aproximadamente 1570, cerca de 24 expedições espanholas tentaram adentrar a Amazônia. Entre as mais notáveis, destacam-se a de Francisco de Orellana, em 1542, e a de Pedro de Ursua/Lopo de Aguirre, entre 1560-1561, que percorreram toda a extensão do Rio Solimões-Amazonas.

Expedição de Francisco de Orellana

Após a conquista do Peru em 1532 pelas tropas de Francisco Pizarro, os espanhóis seguiram para explorar o noroeste da América do Sul e a Bacia Amazônica. Orellana tinha o objetivo de encontrar uma rota para especiarias, concorrendo com os portugueses. Sua expedição partiu de Cuzco, passando por Quito, com aproximadamente 220 espanhóis e cerca de 4 mil indígenas.

Expedição de Pedro Teixeira

Durante a União Ibérica, Portugal recebeu ordens para explorar o oeste da Amazônia, então sob domínio espanhol. A expedição liderada por Pedro Teixeira partiu de São Luís, em julho, em direção a Belém, composta por 47 canoas, 70 portugueses, aproximadamente 2 mil indígenas remeiros e arqueiros, com Briebe e Toledo como guias, e chegou a Quito em 12 meses.

Atuação dos Missionários na Amazônia Colonial

No século XVII, a Amazônia foi percorrida por diversos grupos: sertanistas em busca de “drogas do sertão,” expedições oficiais, tropas de apresamento, e missionários que buscavam catequizar e proteger os nativos. A presença portuguesa expandiu o território e resultou na fundação de vilas, fortes e missões ao longo dos rios Amazonas, Branco, Negro, Madeira, Tapajós e Xingu. D. João IV dividiu a região entre ordens religiosas, e os jesuítas se destacaram na defesa dos indígenas, com figuras como o Padre Antônio Vieira, que restaurou a autoridade jesuítica em 1680 e decretou a liberdade dos indígenas.

Política Colonial Portuguesa e os Indígenas

O governo português implementou três estratégias para ocupar a Amazônia: criação de capitânias reais e hereditárias, missões religiosas (jesuítas, carmelitas, franciscanos e mercedários), e medidas que consideravam os indígenas livres, exceto em alguns casos previstos por lei, ficando sua integração sob responsabilidade missionária. As formas de inserção dos indígenas na sociedade incluíam o “descimento” (persuasão missionária) e o aldeamento.

Tratados Importantes

- **Tratado de Tordesilhas (1494):** estabeleceu as áreas de domínio entre Portugal e Espanha sobre o mundo extraeuropeu.
- **Tratado de Lisboa (1681):** estipulou a devolução da Colônia do Sacramento à Espanha.
- **Primeiro Tratado de Utrecht (1713):** entre Portugal e França, definiu o rio Oiapoque como fronteira entre a Guiana e a Capitania do Cabo do Norte.
- **Segundo Tratado de Utrecht (1715):** entre Portugal e Espanha, resultou na devolução da Colônia do Sacramento a Portugal.
- **Tratado de El Pardo (1761):** anulou o Tratado de Madrid.

– **Tratado de Santo Ildefonso (1777):** confirmou o Tratado de Madri, devolvendo a Portugal a ilha de Santa Catarina e entregando à Espanha a Colônia do Sacramento e a região dos Sete Povos.

Marquês de Pombal

Em 1759, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas das colônias portuguesas, especialmente da Amazônia. Em 1798, o Diretório dos Índios foi abolido devido à corrupção e abusos das autoridades locais. Para proteger a Amazônia, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi criado em 1751, sob o comando de Francisco Furtado, meio-irmão de Pombal. No início do século XVII, Francisco Caldeira Castelo Branco foi enviado para expulsar estrangeiros da Amazônia, fundando o Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém.

O Estado de Rondônia foi oficialmente criado pela Lei Complementar 041, de 22 de dezembro de 1981, sancionada pelo presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo. O coronel Jorge Teixeira de Oliveira foi nomeado como seu primeiro governador em 29 de dezembro de 1981, e a instalação oficial ocorreu em 4 de janeiro de 1982.

Administração de Pombal

No século XVIII, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, implementou mudanças políticas e econômicas em Portugal, inspirado pelos ideais iluministas. Seu objetivo era reduzir a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra. Em 1750, o Tratado de Madri concedeu a Portugal a Amazônia e a região dos Sete Povos das Missões, enquanto a Espanha recuperou a Colônia de Sacramento.

A centralização política de Portugal visava explorar as riquezas da Amazônia. Como parte dessa estratégia, foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, monopolizando o comércio de “drogas do sertão,” anteriormente controlado pelos missionários.

Real Forte do Príncipe da Beira

Após a restauração da Coroa Portuguesa em 1640, ao fim da União Ibérica, intensificaram-se as disputas territoriais entre Portugal e Espanha, especialmente na América do Sul. Para proteger as fronteiras do Centro-Oeste brasileiro e as riquezas de Mato Grosso, como previsto no Tratado de Madrid (1750), foram erguidas várias fortificações ao longo dos rios fronteiriços, incluindo o Forte Coimbra (Corumbá - MS) e o Real Forte Príncipe da Beira, no atual município de Costa Marques, na margem direita do Rio Guaporé. Na Bolívia, Paraguai e Argentina, existiam missões jesuíticas espanholas que ameaçavam os territórios portugueses, levando a uma série de invasões e conflitos.

Apesar do Tratado de Madrid, os espanhóis tentaram retomar áreas anteriormente ocupadas, como a missão de Santa Rosa no Rio Guaporé. As primeiras fortificações na área foram destruídas tanto por incursões espanholas quanto por uma grande enchente em 1771. Para assegurar a navegação no Rio Guaporé, o Governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, auxiliado pelo engenheiro genovês Domingos Sambuceti, explorou a região em 1773 e encontrou um local mais adequado para a construção de uma fortaleza, dois quilômetros abaixo, na margem direita do Rio.

O Forte Príncipe da Beira, projetado em estilo Vauban, teve sua construção iniciada em 20 de junho de 1776 e foi inaugurado em 20 de agosto de 1783. Sob a supervisão de Sambuceti, o projeto foi adaptado ao longo do tempo e contou com a participação de brancos, escravos e indígenas. Centenas de trabalhadores perderam a vida, principalmente devido à malária, durante a construção.

Real Forte do Príncipe da Beira

Na face norte do Forte Príncipe da Beira, construído em plena floresta amazônica, uma inscrição em latim registra a fundação da fortificação em 20 de junho de 1776, em homenagem a D. José de Bragança, Príncipe da Beira.

Segundo Lourismar Barroso, que escreveu um livro sobre o Forte, estima-se que, em seu auge, abrigava mais de 800 pessoas. Construído para proteger as fronteiras brasileiras conforme o Tratado de Madrid (1750) e para defender as riquezas do Mato Grosso, o Forte era uma das maiores fortalezas coloniais no Brasil, atrás apenas da Cidade do Salvador, erguida em 1549.

O engenheiro Domingos Sambuceti, responsável pela obra, faleceu em 1780 devido à malária e foi substituído por Ricardo Franco de Almeida e Serra. Estrategicamente localizado em um terraço de dez metros acima do Rio Guaporé, o Forte tinha muralhas de cantaria com 10 metros de altura e perímetro de 970 metros, protegidas por quatro baluartes com 14 canhoneiras cada.

Em seu interior, abrigava quartéis, armazéns, um hospital, prisão, capela e cisterna, acessados por uma ponte levadiça sobre um fosso. O Forte, apesar de nunca ter sido atacado, cumpria a função de proteção territorial.

Em 1789, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira visitou o Forte em missão científica. Mas, em 1869, a construção já apresentava sinais de abandono, como relatado por Joaquim Ferreira Moutinho. Após a Proclamação da República, o Forte ficou sem assistência do Governo, sendo finalmente desocupado em 1895.

O abandono levou ao saque de suas instalações, com canhões e um sino de bronze levados. Equipamentos do Forte foram encontrados na Bolívia, indicando a exploração dos seringais por bolivianos.

A expedição de Cândido Rondon em 1911 registrou o abandono do Forte, enquanto um artigo de 1911 denunciava o descaso com o monumento histórico. Em 1913, outra expedição relatou a presença de algumas peças de artilharia, e a área foi parcialmente limpa pela empresa Madeira-Mamoré Railway. Rondon voltou ao Forte em 1930 e alertou as autoridades sobre a sua importância. Em 1950, o Forte foi tombado pelo SPHAN e atualmente o Iphan, em parceria com o Exército, desenvolve atividades de restauração e escavações arqueológicas na área.

O Forte Príncipe da Beira, localizado na margem direita do rio Guaporé, está aproximadamente a 25 km de Costa Marques, 395 km da BR-364 e 755 km da capital de Rondônia, Porto Velho, sendo o mais antigo monumento histórico do estado. A região atrai turistas e estudantes pela sua relevância histórica.

Durante o governo de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a construção do Forte iniciou-se em 20 de junho de 1776. Entre os engenheiros responsáveis estavam Domingos Sambuceti, italiano que faleceu de malária, e o português

Alexandre J. de Souza. Posteriormente, o sargento-mor Ricardo Franco assumiu a obra enfrentando desafios devido à escassez de materiais, epidemias e fome.

Trabalhadores vieram de São Paulo, Belém e Mato Grosso, enquanto a cal de pedra, trazida de Belém, foi transportada pelo rio Madeira. O Forte possui 970 metros de perímetro, muralhas de 10 metros de altura e 56 canhoneiras.

Após a conclusão em 1784, a guarnição militar foi formada, e a artilharia principal, com quatro canhões de bronze calibre 24, chegou de Belém em 1825, após cinco anos de transporte. O primeiro comandante do Forte foi José Mello de Souza Castro e Vilhena. Concebido por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, o Forte gradualmente perdeu sua importância estratégica devido ao declínio da atividade mineradora, do comércio fluvial e ao redirecionamento das tensões fronteiriças para o Vale do Paraguai.

O Forte acabou transformado em presídio e foi abandonado após a Proclamação da República. No início do século XX, o Marechal Cândido Rondon redescobriu o Forte e solicitou ao governo a instalação do Sétimo Pelotão de Fronteira, resgatando seu papel histórico.

Ocupação dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé

A Capitania do Grão-Pará e Maranhão visava povoar a região do Rio Madeira com o apoio de missões jesuítas para catequese indígena. Em 1734, o sargento-mor Francisco de Mello Palheta encontrou ouro, e, com a criação da Capitania de Mato Grosso, a ocupação intensificou-se.

Primeiras Iniciativas dos Portugueses na Amazônia

Em 1616, fundação do Forte do Presépio (Belém do Pará).

No século XVII, Pedro Teixeira e Aleixo Garcia realizaram expedições estratégicas para explorar e reivindicar territórios.

Entre 1723 e 1728, o padre João Sampayo fundou a Aldeia de Santo Antônio, a primeira povoação na margem direita do Rio Madeira.

A mineração no Mato Grosso prosperou até 1730, com a descoberta de ouro por Pascoal Moreira Cabral (1719) e Miguel Sutil (1722) em Cuiabá.

Exploração de Diamantes e Afluxo Populacional

Em 1747, a descoberta de diamantes em Diamantino atraiu aventureiros, embora a exploração tenha sido restrita pela Coroa. As expedições fluviais e as monções que partiam de São Paulo trouxeram governantes, religiosos, comerciantes, profissionais, escravos e aventureiros, aumentando substancialmente a população da região.

Fundação da Capitania de Mato Grosso

A Capitania de Mato Grosso foi criada em 9 de maio de 1748, com Dom Antônio Rolim de Moura como o primeiro governador. Em 1752, foi fundada a capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, para consolidar o território. As dificuldades de sobrevivência na fronteira incluíam queda na produção mineral e aumento das dívidas, o que levou ao comércio com missões espanholas do Guaporé.

Medidas de Expansão e Navegação

Em 1759, Rolim de Moura fundou o povoado de Nossa Senhora da Boa Viagem no Salto Grande do Rio Madeira, mas ataques indígenas, malária e fome impediram sua consolidação. Em 1798, foi aprovado um plano de navegação entre Belém e Vila Bela para impulsionar o comércio fluvial, apoiado por postos de apoio no Rio Madeira.

OS PORTUGUESES E O MOVIMENTO DOS BANDEIRANTES

Os jesuítas e bandeirantes foram os primeiros a explorar e ocupar a região do rio Madeira. O primeiro contato europeu com o rio ocorreu em 1542, quando o exploravam o local.

Em 1637, Pedro Teixeira liderou uma expedição portuguesa partindo de Cameté, no Grão-Pará, em direção a Quito, Vice-Reino do Peru. Ao passar pelas nascentes do rio Mamoré, ele navegou com sua comitiva em balsas rústicas, enfrentando corredeiras e cachoeiras até a foz do rio, seguindo pelo rio Cayari (Madeira) até sua desembocadura no Amazonas.

Durante essa viagem, Teixeira recebeu informações dos habitantes indígenas da ilha de Tupinambarana, que chamaram o curso de “Cayari” e o descreveram como origem de mont

Por volta de 1640, os jesuítas começaram a estabelecer contato com os tribos indígenas da região baixa do rio Madeira. Em 1669, os padres Manoel Pires e Grazoni fundaram a Missão Tupinambarana na ilha homônima, perto da foz do rio Madeira, com o propósito de catequizar os indígenas, consolidar o controle português e impedir o comércio local com os holandeses assentados no rio Negro.

A partir de 1687, os jesuítas estabeleceram várias missões ao longo do rio Madeira, formando alianças com as comunidades locais e expandindo a catequese e o comércio de especiarias, conhecidos como “drogas do sertão”, em aldeias como Abacaxis, Paranapariaria, Canumã, Onicoré e Tarerise. Essa expansão missionária acompanhava o crescimento das atividades de coleta e escambo das especiarias, transformando

Paralelamente, bandeirantes como Antônio Raposo Tavares exploraram o rio Madeira. Em 1650, ele percorreu o rio Madeira até sua foz, atravessando o Amazonas e alcançando o Forte de Gurupá, no litoral do Grão-Pará, em 1651. Essa expedição, composta por 200 paulistas e 1.260 indígenas, saiu de São Paulo em 1647, contornando os rios Tietê, Paraná e Paraguai, invadindo as possessões espanholas e retornando ao Brasil pelo rio Madeira.

Essa série de expedições de jesuítas e bandeirantes desempenhou um papel crucial na consolidação do domínio português na região amazônica e na integração do Vale do Madeira ao território.

Para os missionários, catequizar os indígenas não quis apenas ensinar uma moral cristã, mas também retirá-los do que consideravam a barbárie e integrá-los à sociedade colonial. Entre os valores transmitidos aos povos indígenas foi, sobretudo, uma importância do trabalho. Assim, o objetivo era transformar o índio em um bom cidadão e trabalhador.

Durante a administração pombalina, marcada pela criação do Diretório dos Índios e pela expulsão dos jesuítas em 1759, os trabalhadores indígenas foram submetidos a uma nova ordem.

Nos quarenta anos de vigência do Diretório, o número de índios envolvidos nesse sistema se prejudicou dramaticamente: de cerca de 30 mil em 1757 para aproximadamente 19 mil em 1798. Sob essa administração, os indígenas enfrentaram trabalho excessivo e maus-tratos por parte de diretores coloniais e militares, que, ao contrário dos padres que lideravam as missões, eram rudes e despreparados.

Marquês de Pombal, contrário ao domínio jesuíta, acusou a ordem de praticar comércio ilegal e de instigar os povos indígenas contra a Coroa. O poder crescente dos jesuítas era visto como uma ameaça, e, após sua expulsão, toda a riqueza acumulada pela ordem foi confiscada e vendida: cerca de 135 mil cabeças de gado, 1.500 cavalos, 22 fazendas, edifícios, plantações de cacau, entre outros bens.

No século XVIII, os aldeamentos formados durante as missões dos séculos XVI e XVII foram convertidos em vilas ou aldeias. Pombal retirou o caráter religioso desses núcleos e buscou transformar os indígenas em trabalhadores livres. Em 1755, um decreto impediu que as missões controlassem essas aldeias, permitindo o acesso de qualquer colonizador. Embora o decreto assegurasse aos índios os mesmos direitos dos cidadãos livres, eles não tinham o direito de administrar suas próprias comunidades. Pombal substituiu os missionários por diretores portugueses, que passaram a supervisionar a mão de obra indígena nas novas vilas e aldeias.

O TRATADO DE MADRI

O Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750, na Espanha, por D. João V (Portugal) e D. Fernando VI (Espanha), buscou resolver as disputas territoriais entre os dois reinos ibéricos, substituindo o Tratado de Tordesilhas (1494) e estabelecendo novas fronteiras na América do Sul.

No acordo, Portugal cedeu a Colônia do Sacramento (localizada no atual Uruguai) à Espanha, enquanto esta entregou a região dos Sete Povos das Missões a Portugal.

O embaixador brasileiro Alexandre de Gusmão (1695-1753), representando D. João V, defendeu o princípio do “uti possidetis, ita possideatis”, que assegura a posse do território a quem o ocupa. Como os portugueses já habitavam os Sete Povos das Missões, a Espanha aceitou o argumento, reconhecendo a posse portuguesa da margem oriental do Rio Guaporé e fixando limites territoriais entre os reinos na América do Sul.

O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO E A PRODUÇÃO DA BORRACHA, OS CONFLITOS NA REGIÃO DO ATUAL ESTADO DE RONDÔNIA

Descobrimiento e Colonização do Vale do Rio Madeira

Os primeiros contatos europeus com o rio Madeira começaram em 1542, quando Francisco Orellana, vindo dos Andes (Peru), desceu o rio Amazonas e nomeou-o “Rio Grande” ao chegar em sua foz. Em 1560, Nuflo de Chavez, saindo de Santa Cruz de La Sierra (atual Bolívia), percorreu o curso completo do rio Madeira desde a sua formação, na confluência dos rios Beni e Mamoré, até sua junção com o Amazonas.

Os holandeses também mantinham relações comerciais com os indígenas do baixo Madeira desde 1615, trocando produtos por especiarias. Em 1637, Pedro Teixeira liderou uma expedição portuguesa partindo do Grão-Pará rumo a Quito, e ao passar pela foz do Madeira, nomeou o rio em razão dos troncos de madeira que boiavam em suas águas.

Em 1650, Antônio Raposo Tavares percorreu o Madeira com sua bandeira, composta por mamelucos e indígenas, consolidando a presença luso-brasileira na região e informando Lisboa sobre o potencial econômico e as populações do vale do rio.

Com o controle consolidado da foz do Amazonas e a expulsão de franceses, ingleses e holandeses, os portugueses iniciaram a colonização do Vale Amazônico, estabelecendo fortificações militares, núcleos agropecuários e missões religiosas ao longo dos rios. Os jesuítas, desde 1640, iniciaram contatos com as tribos do baixo Madeira. Em 1669, liderados pelos padres Manoel Pires e Grazoni, fundaram a missão Tupinambara na ilha de mesmo nome, próxima à foz do Madeira, com o intuito de centralizar a catequese, apoiar a colonização do vale e interromper o comércio entre indígenas e holandeses.

A partir da missão Tupinambara, os jesuítas instalaram várias outras missões ao longo do Madeira, incluindo Abacaxis, Parapanaxaria, Canumã, Onicoré e Tarerise. Em 1689, os padres José Barreiros e João Ângelo Bononi estabeleceram uma missão entre os índios Iruris. As missões não apenas desempenhavam atividades religiosas e catequéticas, mas também serviam como entrepostos comerciais, promovendo o escambo de especiarias e produtos locais, conhecidos como “drogas do sertão”, com comerciantes do Grão-Pará.

As atividades missionárias enfrentavam obstáculos à sua expansão devido à resistência das nações indígenas, especialmente dos Tora, Mura, Mundurukos e Parintintin. A partir de 1715, as hostilidades aumentaram após o ataque do capitão João de Barros Guerra, sob ordens do governador do Grão-Pará, Christóvão de Costa Freire, que expulsou os Toras da foz do rio Madeira, perseguindo-os até além do Manicoré. Essa repressão ocorreu em resposta à expulsão dos colonos do rio Madeira pelos indígenas, que retaliaram por terem sido escravizados e vendidos.

Os Murus foram atacados por tropas de resgate lideradas pelo capitão Diogo Pinto Gaya (1718-1722) em Maicy, resultando na prisão de mais de quarenta indígenas, que foram levados para Santa Maria do Grão-Pará. Essas ações bélicas não apenas perpetuaram um estado de guerra entre os Murus, Toras e Parintintins, mas também geraram desconfiança entre outras nações em relação às intenções dos padres e colonos.

Apesar da resistência indígena à invasão de seus territórios, as atividades missionárias e comerciais continuaram a se expandir. Os padres estabeleceram missões e os comerciantes fluviais aumentaram sua presença, percorrendo os baixos cursos do rio Madeira e seus afluentes, como o rio Jamari, rico em cacau, trocando ferramentas e produtos manufaturados por especiarias da floresta com os índios, enquanto mantinham controle sobre esse comércio lucrativo.

O padre Jódoco Peres, superior dos jesuítas de Tupinambarana, subiu o rio Madeira em 1683, mas não conseguiu estabelecer uma missão na aldeia dos Iruris, que só foi fundada em 1689. Em